

Negociação será em duas frentes

William Waack

O Brasil acaba de declarar guerra em duas frentes. Vai negociar em separado com governos e bancos privados, motivado também pela esperança de dividir o adversário. Especialmente os bancos sentem-se em posição de força, e acham que podem esperar apesar dos prejuízos que a moratória brasileira causou.

— A nossa atitude é cooperativa, acho que todos estamos interessados num bom e rápido resultado, mas não estamos com tanta pressa assim —, resume o representante de importante banco credor do Brasil.

Cinco meses depois da moratória — a decisão que tanto nervosismo causou na comunidade financeira internacional — a obrigação de mostrar novas cartas está novamente com o Brasil. A resposta que o principal credor do Brasil, o Citicorp, encontrou para a moratória está na raiz da aparentemente sólida posição de negociação dos bancos.

John Reed, o impulsivo *chairman* do Citicorp, já é descrito pelo influente *Wall Street Journal* como “a mais importante personalidade no campo da crise do endividamento”. Em maio ele aumentou em mais três bilhões de dólares suas reservas para créditos concedidos a países como o Brasil. Colocou devedores, bancos da concorrência e o governo norte-americano diante de um fato consumado cujas consequências apenas vagorosamente estão vindo à tona.

A primeira delas foi a obrigação, praticamente imposta a todos os grandes bancos, de seguir o mesmo passo. Ao consolidar suas reservas e admitir perdas — isto é, ao reconhecer que seus créditos a países como o Brasil não valiam, às vezes, mais do que 60% de seu valor de face — o Citicorp tornou-se um banco mais seguro.

Até o momento, quase todos os grandes bancos do hemisfério norte, incluindo os principais ingleses e canadenses, seguiram a mesma linha. Em termos genéricos, essa atitude representou a pior perda em um trimestre jamais registrada pelos bancos desde a grande depressão de 1929. Na prática, beneficiados por dispositivos legais que aliviam a pressão de prejuízos desse tipo, já nos dois próximos trimestres os maiores devem voltar (com poucas exceções) ao preto.

A segunda principal consequência da decisão do Citicorp já era visível antes mesmo de maio, mas ficou ainda mais evidente: os principais bancos não querem mais conceder créditos novos a países altamente endividados. Mesmo a Colômbia, que nunca teve problemas para refinarçar seus juros, enfrentou enormes dificuldades para fechar, na semana passada, um acordo de reescalonamento que incluía parte do principal.

Essa tendência vem sendo detectada — com graves sinais de alarma, aliás — por organizações multilaterais como o FMI e o Banco Mundial desde 1984. A recusa em emprestar não parte só dos grandes bancos americanos. Mesmo um dos ingleses, o Mi-

dland, cuja *exposure* na América Latina chega a ser dramática, anunciou há poucos dias sua virtual *retirada* do campo dos empréstimos para se concentrar no mercado doméstico.

A terceira consequência, portanto, é a condenação de ambiciosos programas de empréstimos a países endividados coordenados por governos e instituições multilaterais, tal como pretendido pelo Secretário do Tesouro americano James Baker. Tomadas em conjunto, as consequências da medida do Citicorp levaram também o Brasil a pensar em novas fórmulas de conseguir recursos de refinanciamento dos juros, a expressão que o ministro Bresser Pereira prefere no lugar de *new money*.

É nesse ponto, no entender do mesmo representante de um grande banco credor do Brasil, que os banqueiros estrangeiros sentem-se confiantes. John Reed propõe a conversão de dívida em capital de risco (*debt — equity swap*, no jargão internacional) como uma das saídas. Os bancos alemães, a grande exceção à regra internacional, preferem a capitalização de juros ou a fixação de patamares. Diversos países que renegociaram seus débitos recentemente (México, Argentina e Filipinas) incluíram novos esquemas de saída da dívida para bancos menores ou conversão para os maiores.

— Agora é a vez de países como o Brasil normalizarem sua parte no problema da dívida —, opina o economista Rudiger Dornbusch, do *Massachusetts Institut of Technology*, e um especialista para a dívida brasileira. “Os bancos consolidaram suas perdas. Cabe agora aos devedores partir para a consolidação unilateral de suas dívidas e pensar em esquemas automáticos de refinanciamento de juros”.

Isto é justamente o que parece fazer parte do plano que os negociadores brasileiros estão oferecendo aos bancos. A viagem do ministro Bresser Pereira deixou claro, contudo, que as conversas precisam esclarecer sobretudo quem ficará responsável por fornecer um aval para o programa de estabilização da economia: para os governos credores, é o FMI. Pelo menos *pro forma*, os bancos acham que poderiam prescindir disso, mas insistem em algum tipo de monitoramento.